

Pouso Alegre, 14 de agosto de 2018.

NOTA DE REPÚDIO:

EXECUTIVO QUER MUDAR REGRA DE REPASSE OBRIGATÓRIO AO IPREM

Mais uma vez o Executivo Municipal de Pouso Alegre age de maneira arbitrária e unilateral contra os interesses dos servidores públicos. O Executivo elaborou o Projeto de Lei 953/2018 para mudar a data do repasse obrigatório das contribuições dos servidores e da Prefeitura ao IPREM.

Com a alteração da data, o IPREM seria diretamente prejudicado em suas políticas de aplicação dos recursos no mercado financeiro. As contribuições dos servidores ficariam 10 dias em poder da Prefeitura, deixando de obter rendimentos nas aplicações feitas pelo Instituto de Previdência.

Desta forma, repudiamos a maneira como o Executivo trata as questões que envolvem as contribuições sociais dos servidores. Desde o início da atual administração, há atrasos sistemáticos no repasse obrigatório ao IPREM, que gerou uma dívida que já ultrapassa os R\$ 3 milhões. Esse fato já foi denunciado ao Ministério Público de Minas Gerais e ao Tribunal de Contas do Estado. Com o projeto, o objetivo do Executivo é legalizar os atos já cometidos.

Tal mudança sendo feita no período em que o Instituto está sob intervenção, sem qualquer discussão com os representantes dos servidores municipais é no mínimo ditatorial e antidemocrática.

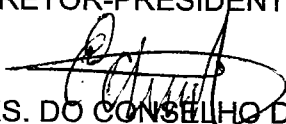
Sendo assim, solicitamos aos nobres Vereadores desta Casa de Leis que não votem alterações na lei do IPREM enquanto o Instituto estiver sob intervenção, e sem ouvir os representantes dos servidores.

Att;

Assinam esta nota,


Eduardo Felipe Machado

DIRETOR-PRESIDENTE DO IPREM


PRES. DO CONSELHO DELIBERATIVO